



UM CHAMADO À REBELIÃO !

O Brasil e o RN precisam de uma REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Programa de Governo para o Rio Grande do Norte

Eleições 2018.

UM CHAMADO À REBELIÃO ! O Brasil Precisa de Uma REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Programa de Governo para o Rio Grande do Norte

Vivemos uma das maiores crises do capitalismo. Uma crise, porém, que não afeta a todos da mesma maneira. Enquanto os grandes bancos continuam lucrando bilhões no Brasil, o desemprego é a dura realidade para mais de 66 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto os grandes investidores internacionais lucram com a entrega do petróleo, da Petrobrás e de todas as nossas riquezas ao capital estrangeiro, milhares de famílias se veem obrigadas a voltar a cozinhar a lenha e a fome afeta mais de 10 milhões de brasileiros. Isso numa das maiores economias do mundo. A crise expõe a face mais cruel e desumana do capitalismo. Os sucessivos governos, em época de crescimento, destinam migalhas aos trabalhadores e à população mais pobre. Na crise, despejam com violência seus efeitos sobre as costas da classe trabalhadora e do povo pobre. Violência que não é apenas metáfora, mas uma realidade bastante concreta num país em que, por ano, mais de 60 mil pessoas morrem assassinadas. Em que a juventude pobre e negra das periferias é vítima de um genocídio e do encarceramento em massa, enquanto os grandes corruptos gozam da mais completa impunidade. E as mulheres trabalhadoras morrem nas clínicas clandestinas de aborto ou vítimas do feminicídio.

Sofremos os anos do neoliberalismo descarado de Collor e FHC, com a abertura comercial indiscriminada, desemprego e recessão. Vivemos a traição dos governos do PT que, surfando numa onda de crescimento econômico, priorizou os interesses e os lucros das grandes empreiteiras, dos bancos e do agronegócio. Não resolveu, por isso, os grandes problemas históricos que nos afligem, ao contrário, aprofundou a dependência da nossa economia e a desigualdade que faz com que seis bilionários concentrem hoje as riquezas de 100 milhões de brasileiros. Temer vem aprofundando os ataques contra a classe trabalhadora com uma reforma trabalhista que aumenta ainda mais a exploração, e ameaça uma reforma da Previdência cujo único sentido é o de garantir o pagamento da dívida aos grandes banqueiros estrangeiros às custas de nossa aposentadoria.

Nesse momento de grande crise econômica, política e social, vemos várias candidaturas colocando-se à disposição para continuar e aprofundar a política econômica dos últimos governos. São várias candidaturas, mas, de um ou outro jeito, contam com o mesmo projeto: continuar gerindo o capitalismo que condena milhões à fome e ao desemprego. Diante disso, o PSTU se vê na obrigação de apresentar à classe trabalhadora e o povo pobre do Brasil, uma alternativa socialista e revolucionária. Um programa que aponte a ruptura com o capitalismo, os grandes bancos e empresas, chamando a que a classe operária e a população pobre se rebelem, façam uma revolução que destrua o capitalismo e que construa na luta, um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares. Só um programa socialista pode acabar com a dominação imperialista no nosso país, garantir uma segunda e verdadeira independência, e acabar com toda exploração e opressão.

Tirar dos ricos para desenvolver o RN e garantir serviços públicos de qualidade para a população trabalhadora

O RN nas mãos da classe trabalhadora, as mãos que produzem toda riqueza são as mãos que devem governar.

Os ricos devem arcar com a maior parte do esforço para recuperar o RN, por isso, vamos inverter as prioridades.

Por exemplo, o governo municipal de Natal (candidato Carlos Eduardo) preferiu gastar R\$ 6 milhões de reais realizando a Fan Fest da Copa do Mundo e não investiu em Mãe Luiza, que com R\$ 5 milhões teria evitado a tragédia.

O lugar da festa e da tragédia distancia 5 km um do outro e demonstra que todos os governos administram a cidade para os ricos e para os grandes empresários, que mandam no RN.

Outro escândalo foi o desvio que Rosalba fez em R\$ 50 milhões de reais que estavam destinados para o Hospital de Traumas de Natal e foi alocado para a segurança dos turistas na Copa.

Mais um exemplo: o governo Robinson Faria destinou em 11 meses (janeiro a novembro\2017) 130 milhões de reais para os donos da Arena das Dunas e, apenas 6 milhões para o maior hospital público do Estado, o Walfredo Gurgel.

O governo do Estado prioriza os ricos e esquece os trabalhadores. Pra eles, pobre só é gente durante as eleições.

Vamos inverter essa situação. No nosso governo, toda a prioridade será o atendimento aos trabalhadores e a população pobre, tirando dos grandes empresários e milionários do Estado.

Para governar para os trabalhadores e a população pobre é preciso concretizar cinco pontos que deverão servir de aumento de arrecadação de receita para o Estado: suspensão de pagamento da dívida pública para União; acabar com a terceirização; cobrança da dívida ativa às empresas e empresários; fim das isenções fiscais aos grandes empresários; prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores. Atuar nessas cinco frentes significa ter possibilidades de arrecadar R\$ 8 bilhões para garantir investimentos para desenvolver o RN e recuperar os serviços públicos.

O PSTU alerta toda a população trabalhadora que só conquistaremos nossos direitos (terra, trabalho, soberania e serviços sociais dignos) com a mobilização revolucionária do povo trabalhador. Por isso, nosso lema é:

Dário Governador – Socorro Vice – Um Chamado à Rebelião!

O RN nas mãos da classe trabalhadora, as mãos que produzem toda riqueza são as mãos que devem governar.

Mudança de verdade é o PSTU!

Todas estas famílias ricas estão no poder há mais de 50 anos no RN. De eleição em eleição, a população escolhe um ou outro que vai nos explorar por mais 4 anos e cada ano que passa eles ficam mais ricos e nós, os trabalhadores, mais pobres. O Partido dos Trabalhadores, que apresentou esperança de mudanças terminou governando com os grandes empresários e banqueiros. No Rio Grande do Norte governou com Carlos Eduardo na Capital e com Robinson no Estado.

No governo do PSTU quem vai governar é a operária da Guararapes, o pequeno produtor rural, o operário da construção civil, a professora, o taxista, a empregada doméstica, o petroleiro, o bancário, o funcionário público, o médico, a jovem pobre, a comerciária.... A classe trabalhadora vai substituir os ricos no governo, essa é a nossa proposta. Somos nós que produzimos tudo nesta sociedade, porque não podemos governar?

Defendemos um governo dos Trabalhadores sem patrões.

Para isso, é preciso romper com os ricos, com grandes empresários e banqueiros. O governante não tem como servir a dois senhores: ou serve aos ricos ou serve à classe trabalhadora. Para isso, apresentamos nossas propostas para que os trabalhadores governem.

Propostas para mudar de verdade o Rio Grande do Norte

Proposta 1: dobrar investimentos na Saúde Pública para sair da calamidade

Todos sabem que a Saúde no Rio Grande do Norte está em colapso. Todo dia notícias estarrecedoras estampam as manchetes dos jornais nacionais. Chegamos ao absurdo de ter 200 mortos por mês no Hospital Walfredo Gurgel, que não tem condições de atender todos os pacientes. Os hospitais públicos estão fechando, sem profissionais nem estrutura. As maternidades são fechadas, provocando o aumento das mortes de crianças e mães. Os servidores públicos da Saúde são arrochados nos salários, obrigados a ter dois empregos e jornadas extenuantes de trabalho. Faltam mais de três mil profissionais na rede pública de saúde do RN.

Porém, a saúde privada cresce a todo vapor. A população é obrigada a migrar para planos de saúde privada, pagando caro pela sua saúde. Surgem hospitais e clínicas privadas de luxo e também populares. Mas todas privadas.

Tudo isto é proposital, um conluio entre os governos e os empresários privados da Saúde. Os governos diminuem os investimentos na Saúde Pública, terceirizam a mão-de-obra, desmontam o SUS, para que a população seja obrigada a pagar pela Saúde, quando a Constituição Federal diz que ela é um direito de todos e um dever do Estado.

Nos últimos anos há uma queda dos investimentos com Saúde no RN. De 15% da Receita Corrente Líquida em 2007 caiu para 12,5% em 2012. Revela o descaso com a Saúde Pública. Portanto, o subfinanciamento está a serviço da privatização da Saúde. Essa é a verdade nua e crua. A situação atual, no governo Robinson piorou de forma acelerada, pois se constata o fechamento de vários hospitais, redução de leitos e atendimento em muitos municípios do Estado.

Nossa proposta é duplicar os investimentos do Estado com a Saúde Pública e não dar nem um centavo para a Saúde Privada, e investir, todo ano, 25% da Receita Corrente Líquida do Estado com a Saúde Pública.

Com este financiamento podemos construir hospitais, reformar, reabrir os que foram fechados e manter no orçamento verbas para manutenção. No governo Robinson a saúde é uma de suas tragédias administrativas.

Nosso compromisso é estender o atendimento do programa Saúde da Família para 100% da população do RN. Com isto, investiremos na Saúde Preventiva da população. A Saúde não pode ser uma mercadoria, a vida ou a morte das pessoas não pode ser ditada pelo dinheiro que a pessoa tem no bolso.

Por isso, vamos fazer uma campanha estadual e nacional pela **estatização da Saúde Privada e para que se invista 10% do PIB na Saúde Pública**. Todos os hospitais, clínicas e infraestrutura de saúde devem pertencer e ser operados pelos governos federal, estaduais e municipais. Propomos encampar as instituições privadas sem fins lucrativos para pertencer a rede pública. O SUS – Sistema Único de Saúde, no nosso governo não será desmontado, será fortalecido. Propomos a **realização de um concurso público** para contratar os profissionais da Saúde necessários para garantir um bom atendimento à população. Garantiremos um Plano de Carreira para os profissionais da Saúde, com jornada de 30 horas semanais.

Defendemos o fim da terceirização e a absorção de todos os terceirizados para o quadro de funcionários do Estado, através de um concurso interno para qualificação profissional destes trabalhadores, que passariam a gozar dos mesmos deveres e direitos dos funcionários públicos concursados.

Proposta 2: a crise da Educação Pública tem solução com 10% do PIB já e 25% da Receita Estadual

No RN, temos 1 milhão e 100 mil pessoas não tem acesso a educação. Isso representa 30% da população do Estado.¹ Temos, também, 15% da população do Estado que é analfabeta. Enquanto isso, o governo Robinson continua fechando escolas. Segue a mesma política de Rosalba, sua antecessora. Apesar de aumentar o número de jovens, o número de matrículas caiu no Estado. Isto se deve ao descaso com a educação por parte do Governo Robinson que sequer cumpre a lei no que se refere a norma constitucional de gastar, no mínimo, 25% da receita estadual com a educação.

Defendemos que se gaste 10% do PIB (nas 3 esferas de governo) com educação já, e não para daqui a 10 anos. Defendemos destinar 25% da Receita do Estado com educação, para não ficar nenhum aluno fora da Escola, para ter creche para todas as crianças de 0 a 3 anos, para erradicar o analfabetismo no nosso Estado.

Para isso, vamos necessitar de investimentos na ordem de R\$ 4 bilhões, compartilhado entre o governo Federal, o governo Estadual e governos municipais, para garantir que todas as nossas crianças e jovens do RN estejam nas creches, nas escolas e universidades. O governo Estadual do PSTU entraria com 42% deste valor, ficando os 58% restantes a ser negociados com todas as Prefeituras do RN e o Governo Federal.

Defendemos também que todo o sistema educacional deve ser estatizado e totalmente gratuito, operado pelo Governo Federal, Estados e Municípios. A educação não pode se converter em mercadoria. Se isto acontecer, teremos duas escolas: uma para ricos (boa e de alta qualidade, privada) e outra para pobres (de péssima qualidade, pública), coisa que já está ocorrendo hoje.

Defendemos de imediato que tenha creches para todas as crianças de 0 a 3 anos. Que tenha aumento salarial e se garanta o piso do DIEESE para todos os professores e 1/3 da jornada para preparação pedagógica do professor (a). Defendemos o livre acesso a universidade, com ampliação dos investimentos na UERN, e sua total autonomia pedagógica e administrativa.

Defendemos o fim da terceirização e a absorção de todos os terceirizados para o quadro de funcionários do Estado, através de um concurso interno para qualificação profissional destes trabalhadores.

Proposta 3: Garantir trem para todos como única forma de resolver a crise da mobilidade urbana

Hoje assistimos ao caos do transporte público no nosso Estado e principalmente na Região Metropolitana de Natal, que reúne cerca de 40% da população do Estado.

Os trabalhadores que moram em Parnamirim, São Gonçalo ou mesmo na Zona Norte de Natal, gastam de 1 a 2 horas dentro de ônibus lotados e caros.

O Seturn cobra uma passagem cara, para lucrar por volta de R\$ 70 milhões de reais todo ano e para isso, corta linhas, não querem transportar idosos, usa ônibus velhos, tudo isso nas barbas da Prefeitura de Natal, que não faz nada para enfrentar os desmandos das 7 empresas que dominam o transporte coletivo da Grande Natal.

O Governo do Estado gasta muito pouco com transporte: apenas 1,8% da sua receita anual. O tema do transporte público é uma prioridade da população trabalhadora que é quem mais sofre com o problema. O PSTU, no governo vai investir pesado no transporte público.

Não adianta gastar dinheiro na manutenção da matriz rodoviária. Vamos revolucionar o sistema de transporte do RN, voltando a dar prioridade para os trilhos, que é um meio de transporte mais barato, mais eficiente e mais seguro.

Além disso, a frota de veículos já chegou a mais de 1 milhão no RN. Significa um veículo para cada três habitantes. Resultado: engarrafamentos, acidentes e mortes. Segundo o Detran/RN temos 2 mortos por dia em acidentes de trânsito no RN. Isso é desperdício de vidas e de dinheiro, que poderiam estar sendo usados para outras necessidades.

A matriz rodoviária já está esgotada e o governo estadual insiste em gastar dinheiro com pontes, viadutos, estradas e grandes obras rodoviárias que só servem para enriquecer as empreiteiras. Está claro para todo mundo que a solução é o trem e o metrô, combinado com corredores exclusivos de ônibus e ciclovias. Só falta coragem do governo para romper com a indústria automobilística e as empreiteiras.

Por isso, fazemos a proposta de impulsionar e modernizar o **Trem Metropolitano**, projeto de trens urbanos da CBTU, que está sendo realizado de forma tímida e como subsidiária da matriz rodoviária:



Essa é a principal proposta nossa na questão do transporte: com investimentos na ordem de R\$ 2 bilhões. Este projeto aumentaria em 76 km a linha atual (ficando com total de 132 km) e abriria 57 novas estações (perfazendo um total de 79 estações, 1 a cada 1,5 km). Os investimentos permitiriam também adquirir 10 trens modernos de alta capacidade. Este projeto pode transportar, em trens velozes, 1 milhão de passageiros por dia na Região Metropolitana de Natal, integrados a ônibus (que transitariam em corredores exclusivos), combinado com ciclovias e estacionamento de carros nas estações, permitiria realizar 2,2 milhões de viagens (incluindo todos os modais – veículo particular, trem, ônibus, moto, bicicleta e a pé).

Reativar os trens regionais, ligando as principais cidades do RN

Propomos reativar as linhas de trens que ligavam as principais cidades do RN. Na década de 1980, os ricos resolveram apostar em rodovias e carro, por isso desativaram as linhas de trens que uniam todo o Rio Grande do Norte entre si e com todas as capitais do País.

Propomos realizar um projeto de 10 anos de reconstrução das linhas de trem Natal-Açu- Mossoró (292 km), Natal-Currais Novos-Caicó- Pau dos Ferros (352 km), Natal-Macau-Areia Branca (232 km), Mossoró- Pau dos Ferros (140 km) e Caicó-Areia Branca (168 km).

Este projeto decenal poderia construir 1.184 km de vias férreas ligando todo o Estado, ao custo aproximado de R\$ 6 bilhões de reais, considerando que cada km de ferrovia custa cerca de R\$ 5 milhões.

A obra toda, o **Trem Metropolitano** mais o **Trem Estadual** custaria cerca de R\$ 8 bilhões de reais. Nosso governo entraria com cerca de R\$ 600 milhões por ano (que representa 10% da Receita Corrente Líquida do Estado). O restante, conseguiremos em convenio com a CBTU, do Governo Federal, e com todos os municípios do Estado, que serão beneficiados com a obra.

Para garantir este plano necessitamos estatizar os transportes do Estado. Propomos criar uma Empresa Estadual de Transportes Coletivos, única forma de garantir que continue uma passagem de 50 centavos nestes trens de qualidade, rumo a uma Tarifa Zero. Também, é a única forma de baixar drasticamente as passagens dos ônibus urbanos e interestaduais.

Proposta 4: Por uma Nova Polícia Civil Unificada (PM, Civil, em convênio com PF e Guardas Municipais)

Quem mais sofre com falta de segurança é a população trabalhadora. A violência atinge principalmente os mais pobres, as mulheres e os negros. O Mapa da Violência mostra que a incidência maior do crime se dá nos bairros Nossa Senhora da Apresentação e Felipe Camarão, bairros pobres de Natal enquanto a PM atende principalmente a Zona Sul, onde moram as pessoas de maior poder aquisitivo.

As delegacias e os quartéis estão em completo abandono, com profissionais ganhando pouco, trabalhando em péssimas condições, enfrentando o crime organizado, que hoje é negocio de rico.

Nós queremos mais segurança, porém para isto não basta colocar mais polícia na rua. Para ter segurança efetiva para os trabalhadores, vamos mudar a política de segurança, por isso propomos:

1. Unificação das polícias Militar e Civil constituindo uma Polícia Civil Unificada. Realização de convênio com as Guardas Municipais e a Polícia Federal, na luta pela unificação geral das polícias.
- 2 - Soldados e agentes serão contratados por concurso público, equiparando paulatinamente aos salário da PF, com boas condições de trabalho. Quem já exerce a profissão na tropa ou delegacia será efetivado e receberá apoio e incentivo para possuir nível superior, além de cursos sobre direitos humanos, movimentos sociais e combate ao racismo.
3. A nova Polícia será democrática: os oficiais serão eleitos pela tropa, que terá sindicato e direito de fazer greve. Portanto, será **desmilitarizada**, sendo controlada pelo governo civil e pela população, deixando de obedecer ao Comando hierárquico das Forças Armadas.
4. Defendemos a dissolução da Tropa de Choque e da Força Nacional, que servem apenas para reprimir greves e manifestações legítimas do povo.
5. Queremos que esta Polícia Civil Unificada seja controlada pela população, através de Conselhos Populares de Segurança, com poder de decisão, eleitos nos bairros, que fiscalizarão os trabalhos de segurança no seu bairro.

Para garantir esta polícia civil unificada, propomos investir 15% da Receita Corrente Líquida do Estado todo ano.

Uma pesquisa divulgada em São Paulo, em julho de 2014, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que 73,7% dos policiais brasileiros são a favor da desvinculação da polícia dos meios militares. Até a maioria dos policiais militares (76,3%) querem a desmilitarização da corporação. Quase a metade do total dos que querem as mudanças se concentra entre duas propostas: 21,8% defendem que a PM e a Polícia Civil se unifiquem formando uma instituição de ciclo completo e 27,1% quer a criação de uma nova polícia com carreira única.²

Também atuaremos para reformar o sistema penitenciário, oferecendo reeducação pelo trabalho, dando oportunidade para que presos possam adquirir uma profissão e reinserir-se na sociedade, após cumprir sua pena.

Por fim, para o PSTU, a forma mais eficaz de combater a criminalidade é garantindo o fim da pobreza, investir mais na educação, na saúde e na geração de emprego, garantindo qualidade de vida para a população trabalhadora.

Proposta 5: Moradia e saneamento para tod@s

Em pleno século 21, o RN tem apenas 30% de suas casas com acesso ao saneamento básico. Em Natal, apenas 35% goza deste direito. Em Parnamirim, apenas 2% da população tem acesso ao serviço.

² http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/30/politica/1406679075_861116.html. Pesquisa realizada com 21 mil policiais de todo o Brasil.

Segundo o IPEA, temos um déficit habitacional de 111.308 casas populares. Temos muita gente morando em cortiços e casas inapropriadas, inclusive em áreas de risco, como evidenciou a tragédia de Mãe Luiza. O governo não investe em moradia popular.

O investimento necessário para acabar com a falta de moradia no Estado é de R\$ 3,6 bilhões de reais, considerando o custo médio de uma casa popular em R\$ 32 mil reais.

Assumimos um compromisso de gastar R\$ 770 milhões por ano (10% da receita corrente líquida do Estado) para garantir moradia e saneamento para todos. O Estado sozinho não teria como assumir a construção destas 111 mil casas, porém em convênio com o Governo Federal no Plano **Minha Casa Minha Vida** e com os municípios que tem déficit habitacional, podemos acabar com a falta de moradia no nosso Estado.

Também assumimos o compromisso de legalizar e urbanizar as ocupações existentes no RN. Confiscaremos, para fins sociais, os terrenos, apartamentos e mansões que não estão sendo utilizadas, pertencentes a grandes empresas, que são usados na especulação imobiliária.

Nossa proposta é de formar uma construtora do Estado que assumirá a construção destas casas, sem utilizar as empreiteiras privadas nestas obras. Assim, elas poderão sair pelo preço de custo, sem ter que render lucro. Vamos brigar com a Caixa para que faça o financiamento destas casas, sem cobrança de juros reais, apenas atualizando o valor pela inflação.

Proposta 6: por uma Reforma Agrária que garanta terra ao pequeno produtor rural e alimentos baratos para o povo potiguar

Já vimos anteriormente que as multinacionais do agronegócio (fruticultura e usinas) estão dominando o campo potiguar.

Ocorre aqui o mesmo que se passou em todo o Brasil. O governo petista traiu a reforma agrária e se associou com o agronegócio exportador. No Governo da Dilma houve um retrocesso na reforma agrária.

O agronegócio exportador está subjugando os pequenos proprietários rurais, que são obrigados a produzir melão, castanha, banana e manga para estas grandes empresas exportadoras.

Toda produção de alimentos do RN está se direcionando para exportação aos países ricos.

Isto está destruindo o saber do nosso produtor rural e sua produção de alimentos para o povo potiguar (como feijão, milho, macaxeira, batata, etc.).

Nosso rebanho bovino caiu de 1 milhão para 800 mil cabeças de gado entre 2011 e 2012. Perdemos 10% do rebanho de suínos.

No final das contas, estas multinacionais estão interessadas apenas em produzir estes alimentos com custo baixo, superexplorando nossa mão-de-obra e assim que encontram outro país que permite produzir a custo mais baixo, abandonam nosso Estado, demitindo milhares de trabalhadores, como está fazendo a Del Monte, dos Estados Unidos, que se estabeleceu no Vale do Açu.

Ficamos totalmente dependentes de compradores estrangeiros e quando diminui as compras deles, quebra toda a agricultura do nosso Estado. Além disso, passa a valer o preço dos alimentos em dólar.

O Movimento dos Sem Terras (MST) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Chapada do Apodi, dão um exemplo de luta contra o projeto de irrigação da Chapada do Apodi, que está sendo realizada pelo DNOCS, para favorecer a implantação de agronegócio exportador de frutas. A desapropriação de centenas de famílias de agricultores da Chapada do Apodi começou em 2011. O projeto vai destruir as comunidades camponesas e a agricultura familiar desenvolvida na região, que produz alimentos para o povo, destacando o arroz, frutas, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, além do mel de abelha.

Se não lutamos, vai acontecer aqui o que ocorre no Brasil: somos o maior produtor exportador de carne bovina do mundo (mais de 200 milhões de cabeça de gado), porém não podemos comprar carne porque o preço está muito alto.

Reforma agrária já! Estatização do agronegócio, sob controle dos trabalhadores!

No governo assumimos o compromisso de garantir uma reforma agrária nas terras com mais de 500 hectares, entregando o excedente para fins sociais de reforma agrária. Vamos garantir crédito e isenção de impostos para quem produzir alimentos para a cesta básica do povo, livre de agrotóxicos e transgênicos.

Vamos comprar toda a produção dos alimentos de pequenos agricultores do RN e comercializaremos diretamente através de uma Empresa Estadual de Abastecimento.

Vamos estatizar todas as grandes empresas do agronegócio exportador (incluindo as usinas de cana-de-açúcar) e trabalhar em união com cooperativas de pequenos produtores de alimentos. Colocaremos as usinas para funcionar como empresas do Estado, sempre privilegiando a produção de alimentos.

Proposta 7: pela democratização do uso da água no Sertão, fim da “indústria da Seca”

O prejuízo da seca no Estado, segundo dados do governo, chegou a R\$ 3,8 bilhões de reais, onde a pecuária perdeu 200 mil cabeças de gado, além da queda na produção de cana-de-açúcar, feijão e milho. A pior seca dos últimos 50 anos no Nordeste obrigou o governo a decretar situação de emergência em 159 cidades, em março de 2014. O agricultor perdeu vários hectares de feijão, milho e roça.

O problema da seca se arrasta por décadas em nosso Estado e não foi resolvido porque os grandes fazendeiros ganham com a “indústria da seca”, com a frota de carros pipa, arrendados ao governo ou vendendo diretamente a água.

Água tem, mas para quem?

Portanto, é um problema social, não é uma fatalidade nem um castigo do céu. A prova disso é que os grandes produtores de frutas para exportação continuaram produzindo do mesmo jeito e até aumentaram suas exportações, porque tem irrigação nas suas lavouras, coisa que o pequeno produtor não tem.

Segundo o Professor da UFRN, João Abner, o problema da seca é socioeconômico e os governos tomam medidas paliativas diante da tragédia. Para ele, temos água suficiente para abastecer todo o semiárido nordestino.

A solução é a democratização da distribuição da água, priorizando o abastecimento familiar e não a irrigação para o agronegócio exportador.

Como o sol do Nordeste, pela proximidade com o Equador, evapora muita água, teríamos que garantir a construção de barragens para armazenar parte da água que cai (evitando ir para o mar), construir adutoras que leve essa água até onde se necessita, a construção de cisternas em toda a região do semiárido e a escavação de poços, para tirar água do subsolo, para ser usado por comunidades e pequenos produtores associados.

Tudo isto poderia ser realizado com metade dos investimentos que o Governo Federal está afundando na transposição do Rio São Francisco, que só serve para valorizar as terras do agronegócio, que serão irrigadas para produzir frutas para exportação.

A maioria dos reservatórios de água do RN está muito abaixo da sua capacidade, como é o caso do açude Gargalheira, de Acari, que está com apenas 8% da sua capacidade. A barragem Armando Ribeiro, de Açu, está com 43% da sua capacidade de armazenagem. Temos 22 municípios utilizando rodízio de água e 8 em colapso de abastecimento. Temos 159 municípios do nosso Estado em estado de emergência, devido à seca.

Infelizmente, tem gente que enriquece lucrando em cima da desgraça alheia. Na verdade, os beneficiados com a calamidade são as grandes famílias latifundiárias do Estado, que ficam com a maior parte dos investimentos vindos do Governo Federal para minorar os efeitos da seca, ganham com as obras, que muitas vezes beneficiam seus latifúndios.

Nosso governo se compromete a realizar um Plano de Obras Públicas, que empregue os desempregados do Estado, construindo barragens, para armazenar grandes quantidades de água, construir centenas de quilômetros de adutoras,

dezenas de milhares de cisternas nas áreas de seca e furar milhares de poços nas comunidades rurais afetadas pela seca. Um trabalho preventivo, para que quando não chova o suficiente, tenhamos condições de garantir o abastecimento de água para a população e para a agricultura produtora de alimentos para o povo.

Proposta 8: Defesa da Mata Atlântica, da Caatinga e dos Manguezais

O uso irracional dos recursos naturais tem provocado a destruição do meio ambiente em proporções gigantescas. Voltada para os lucros imediatos, a exploração capitalista se move pelo lucro rápido, que termina sendo destrutivo ao meio ambiente. O resultado tem sido a contaminação do solo, do ar e da água.

A Mata Atlântica foi degradada e o resultado é que hoje cerca de 90% do que existia de mata está destruído. Dos menos de 10% que restou da mata nativa, 75% estão sob risco de extinção total.

A Mata Atlântica é a segunda floresta mais ameaçada de extinção no mundo, com um ritmo de desmatamento muito acelerado e com aproximadamente 269 espécies (sendo delas 88 aves) ameaçadas de extinção, segundo o IBAMA.

Essa destruição da Mata Atlântica foi decorrente das culturas de exportação de cana-de-açúcar.

O Rio Grande do Norte possuía cerca de 6% de sua área coberta de Mata Atlântica. Hoje, as reservas de Mata Atlântica no RN foram reduzidas a poucos e descontínuos fragmentos, como é o caso do Parque das Dunas, em Natal.

Apesar de reduzido, o Parque das Dunas tem uma grande importância na regulação do clima, na recarga do aquífero subterrâneo, na fixação das dunas e na purificação do ar.

A inexistência de saneamento básico obriga a população potiguar a utilizar fossas, que termina poluindo nossos lençóis freáticos. A poluição desses lençóis é altamente nociva para os rios e mananciais, pois estes recebem os esgotos diretamente, sem qualquer tratamento.

No RN, a criação de camarão em viveiros (carcinicultura) chegou a usar 11 mil hectares de áreas do manguezal. A exploração econômica desordenada da carcinicultura é responsável por boa parte da destruição dos mangues.

A utilização de árvores da caatinga nos fornos das cerâmicas, olarias e padarias e na produção do carvão vegetal, leva ao desmatamento e desertificação da Caatinga.

Assim, a ganância de lucro por parte de grandes empresários exportadores e pelo capital imobiliário da região costeira do Estado ameaça constantemente o meio ambiente potiguar.

Nosso governo defenderá a natureza e o meio ambiente, contra a obra destrutiva do sistema capitalista.

Vamos sobretaxar os grandes empresários que desmatam ou poluem o ar, a água e o solo do nosso Estado, principalmente as multinacionais que utilizam nosso estado para produzir bens para a exportação.

Proposta 9: Mercantilização está destruindo nossa Cultura

Apesar das promessas dos governos, a Cultura continua relegada pelo Estado. O resultado é um processo acelerado de privatização da arte e da cultura, sendo transformada em negócio e um privilégio para poucos.

É preciso reafirmar, somando nossa voz à do conjunto dos artistas e trabalhadores da cultura, que não poderá haver uma cultura verdadeiramente livre se ela não serve para garantir a liberdade do povo.

É urgente uma política cultural que nacionalize os equipamentos culturais – como teatros, museus, galerias de arte, centros culturais, etc. – colocando-os integralmente nas mãos do Estado, que deve financiá-los sem qualquer interferência em suas opções artísticas e livres de qualquer tipo de dirigismo ideológico.

As **políticas públicas de cultura** devem voltar-se centralmente para a constituição de *uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural* enquanto protagonistas de transformações políticas, sociais e culturais.

Nossas propostas na área cultural

Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade.

A Cultura deve ser considerada um serviço público, como saúde, educação, transporte, etc. e financiada pelo Estado de forma ampla, com orçamento próprio e compatível.

A área da Cultura deve ter uma ampliação substancial e fixada no orçamento do estado do Rio Grande do Norte, possibilitando desta maneira a execução de políticas culturais mais amplas voltadas para a classe trabalhadora e a juventude.

Fim imediato da política de “renúncia fiscal” realizada pelo Estado e que isenta empresas e o setor privado por meio de abatimento.

Fomento à produção cultural no estado, tendo como eixo central o aporte financeiro público com a definição de leis de fomento setoriais para Cinema, Dança, Música, Literatura, Artesanato popular e expressões culturais emergentes.

Educação artística em todas as escolas estaduais e municipais. Toda criança tem de sair da escola formada em pelo menos um instrumento musical ou uma habilitação artística, seja nas artes cênicas, visuais ou pictóricas.

Constituição de Escolas de Arte Estaduais, que possibilitem formação e capacitação.

Valorização das rede de equipamentos culturais. Ampliação dessas unidades para as regiões periféricas. Controle das verbas e de sua administração por parte da comunidade. Desenvolver a ocupação e manutenção de espaços públicos tornando-os efetivamente equipamentos culturais para produção, criação, discussão e fruição: praças, bibliotecas, centros esportivos, casas de cultura, escolas, universidades, creches, prédios abandonados e do patrimônio histórico.

Estímulo à atividade cultural realizada nas regiões do Estado, desde às culturas tradicionais até as culturas emergentes e contemporâneas, com destaque aos Festivais de Cultura e atividades de Cineclubismo.

Preservação das obras artísticas dos parques e jardins da cidade.

Constituição do Conselho Estadual de Cultura, estruturado por representantes de Conselhos Locais de Cultura, com a participação de grupos organizados da população, produtores culturais e representações de trabalhadores, com a tarefa de elaborar e executar um Plano Estadual de Cultura.

Proposta 10: Cobrança de Imposto Progressivo sobre o Faturamentos das grandes empresas

No nosso governo, vamos aumentar os impostos para os ricos e diminuir para os trabalhadores que ganham pouco.

Vamos instituir a progressividade dos impostos, onde quem ganha muito paga muito, quem ganha pouco paga pouco ou será isento de impostos.

Propomos cobrar uma taxa de 1% do faturamento das grandes empresas instaladas no RN com mais de 500 trabalhadores. Nada mais justo que as grandes empresas ajudem a minimizar o sofrimento dos trabalhadores, diminuindo uma pequena parcela dos seus lucros.

Essa medida garantiria que a Alesat pagasse R\$ 106 milhões (1% do seu faturamento em 2013), que a Cosern pagasse R\$ 14,2 milhões e a Guararapes pagasse R\$ 9,3 milhões. Só estas três empresas gerariam novas receitas no valor de R\$ 130 milhões de reais ao ano.

No RN temos 119 empresas com mais de 500 funcionários, sendo 56 em Natal, 9 em Mossoró, 3 em São Gonçalo e 3 em Parnamirim.

Esse imposto poderia gerar uma receita anual de R\$ 500 milhões de reais.

Proposta 11: Desenvolvimento sustentado da indústria do RN apoiada na estatização das grandes empresas do agronegócio exportador, na reestatização da Cosern e na Petrobras 100% estatal

As grandes empresas industriais instaladas no Estado estão dificultando o desenvolvimento da economia local por pura ganância. Para isso, não vacilam em demitir em massa, como já fez a indústria têxtil, como fez a Petrobras ao desinvestir obrigando as terceirizadas a fechar as portas e como pretende fazer as grandes fruticultoras estrangeiras.

Essas empresas não tem nenhum compromisso com o povo potiguar. Por isso, ao primeiro sinal de crise já demitem em massa e fecham fábricas, poços de petróleo, fazendas e plantações.

Só pensam no seu interesse privado. Por isso, depois de décadas explorando nosso povo não pensam duas vezes em nos abandonar, deixando dezenas de milhares de operários na rua.

Estas empresas não estão preocupadas com a produção de riquezas e o fortalecimento do Estado e do seu povo.

A produção de camarão foi praticamente desmontada devido à queda abrupta das exportações, por motivo da crise mundial. Isso é o que dá apostar todas as fichas nas vendas para o exterior.

Prova disso é a Guararapes e a Vicunha que demitiram milhares de operários nos últimos anos, deixando de fabricar aqui no RN para importar de outros países: a Guararapes e a Vicunha estão trazendo produtos do estrangeiro no valor de R\$ 35 milhões cada uma, por ano.

As empresas de energia eólica, por sua vez, compram quase todos os materiais do exterior e vão gerar pouco emprego, quando estiverem operando em alta. Toda sua produção será vendida para fora do Estado.

As usinas produzem álcool ou açúcar em milhares de hectares, que são vendidos para fora também.

Hoje nosso Estado é o maior exportador de atum do Brasil. Esse negócio está controlado por empresas japonesas, que vão acabar com nossos peixes. A abundância de peixes que temos no nosso litoral não impede que o quilô de peixe esteja pela hora da morte.

Quer dizer, toda nossa produção, nosso subsolo, nossa terra agriculturável, nosso ar está sendo leiloado, privatizado e desnacionalizado para lucro de empresas estrangeiras na sua maioria, sem nenhum compromisso com o povo potiguar.

Por isso, nossa primeira medida para garantir um desenvolvimento sustentado para o RN é estatizar as grandes empresas do agronegócio, reestatizar a Cosern (que hoje é controlada pela Iberdrola, multinacional espanhola), recuperar os campos de petróleo leiloados no Estado, cancelar as concessões feitas a Exxon e a BP e vamos lutar, aqui e em todo o país, para impedir a privatização da Petrobras para que estas empresas possam se unir e garantir um desenvolvimento da economia norte-rio-grandense a serviço do seu povo e não do lucro de grandes empresas.

Com a estatização das grandes empresas, podemos produzir alimentos para acabar com a fome no nosso Estado, podemos ampliar as refinarias de petróleo, industrializando o óleo bruto, podemos desenvolver um plano energético apoiado em energia solar e eólica, sem agredir o meio ambiente e reduzindo muito o preço da energia. Vamos instalar usinas de energia solar para garantir uma produção de energia limpa e autossustentável. Vamos industrializar o minério de ferro, o tungstênio e o sal para agregar valor ao produto bruto. Vamos organizar uma empresa estadual de pesca, encampando todas as grandes empresas pesqueiras. Os pescadores, organizados em cooperativas de produção, venderão todo seu produto para o Estado, que comercializará os peixes a preços baixos.

Parte importante do dinheiro extra que conseguirmos, deixando de pagar a dívida impagável, cobrando a dívida dos grandes empresários, acabando com a terceirização, sequestrando os bens dos corruptos e corruptores, usaremos para garantir um plano de desenvolvimento industrial do nosso Estado.

Vamos instituir uma Agência de Investimentos do Estado, sob controle dos trabalhadores, para financiar o plano de desenvolvimento do RN.

Assim, ajudaremos as pequenas e médias empresas e propriedades, que hoje estão asfixiadas pelas grandes e pelo governo. As pequenas empresas serão beneficiadas no nosso governo, pois diminuiremos os impostos para elas e vamos ajudar com crédito, maquinário, sementes, insumos e tudo o necessário para seu funcionamento.

Proposta 12: Um Plano de obras públicas, coordenado por uma Construtora estatal

Nosso governo garantirá um grande Plano de Obras Públicas, realizado por empresas estaduais, públicas, para construir hospitais, maternidades, postos de saúde, escolas, materiais escolares, reconstrução da malha ferroviária do Estado, fabricação de trens, construção de mais de 100 mil casas populares, saneamento básico em todo o Estado, abastecimento de água, construção de barragens e cisternas, ampliação de refinarias de petróleo, produção de insumos para indústria de energia solar e eólica.

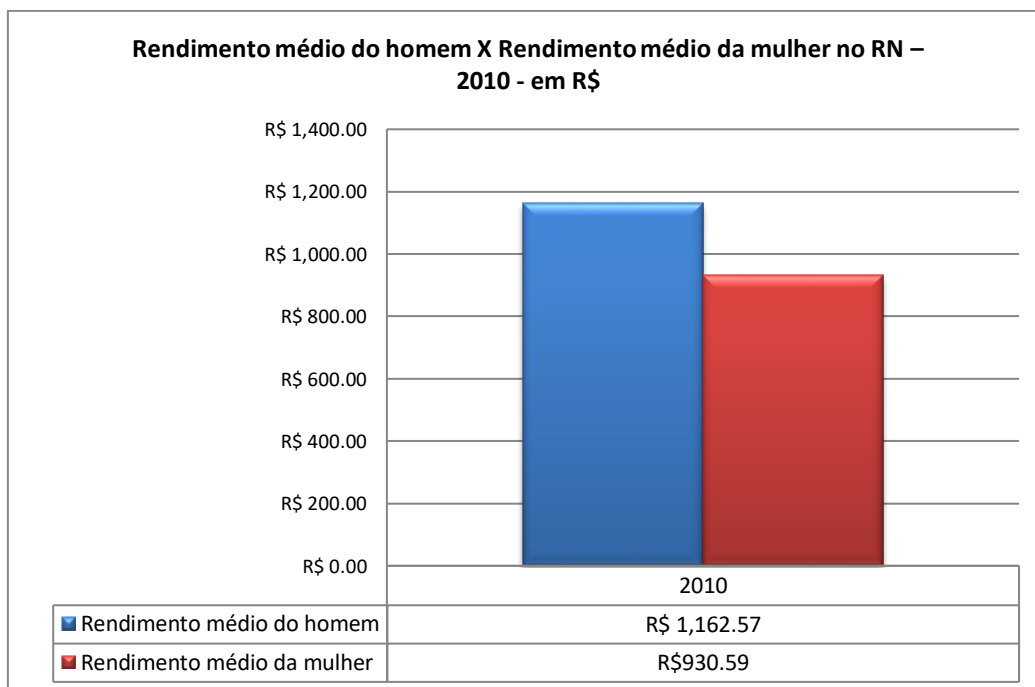
Vamos realizar todas estas obras sem utilizar a terceirização ou as grandes empreiteiras privadas, já que elas sugam toda a riqueza pública para fins privados.

Este Plano de Obras Públicas permitirá empregar todos os desempregados do Estado, gerando desenvolvimento e dignidade humana.

Proposta 13: Luta contra o machismo, o racismo e a homofobia!

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais amplos setores da classe trabalhadora. O racismo, o machismo e a homofobia, além de dividir a classe, são usados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para mulheres, negros e homossexuais, uma brutal violência diária, seja pelo preconceito e discriminação, seja pela repressão policial.

Aqui no RN, os homens têm um rendimento médio superior ao rendimento médio das mulheres. O salário delas corresponde a 80% do salário deles:

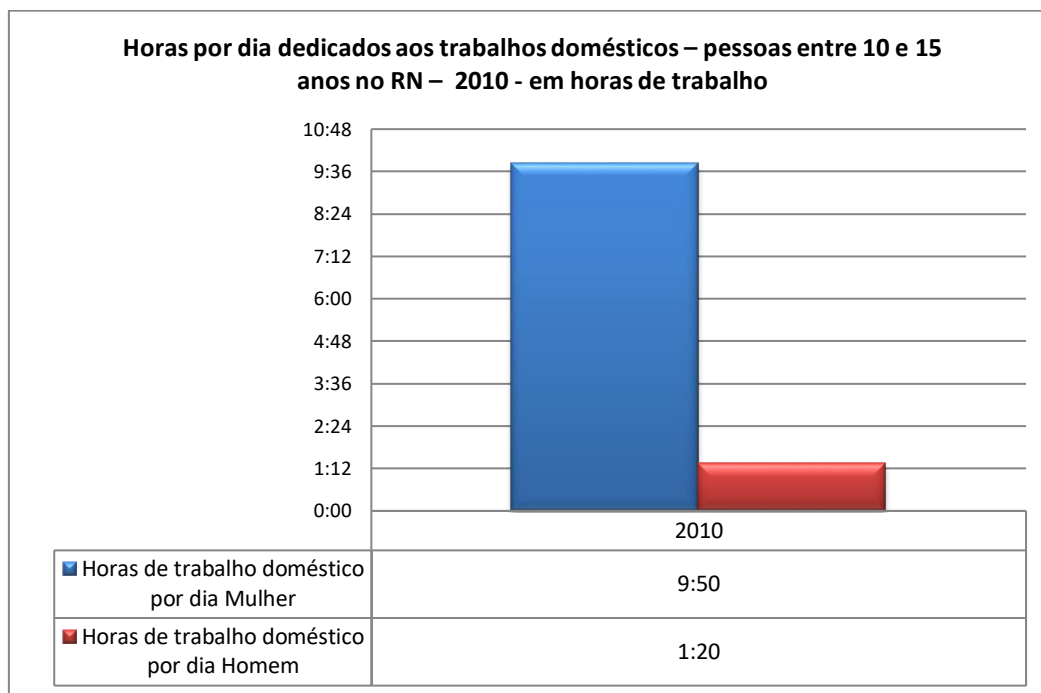


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Aqui se demonstra que a patronal utiliza a superexploração da mulher para aumentar seus lucros. Ele paga menos a mulher se apoiando no preconceito machista que a mulher é inferior ao homem.

Por isso, os trabalhadores homens não podem reproduzir esse preconceito machista pois se volta contra ele mesmo. O trabalhador jamais se libertará se ele oprime sua companheira de trabalho ou sua companheira de vida.

Esse preconceito machista vem desde casa, quando somos pequenos. Veja no gráfico abaixo quanto tempo os jovens de 10 a 15 anos do sexo masculino e do sexo feminino gastam em afazeres domésticos por dia:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Essa exploração das meninas nos trabalhos domésticos vai continuar quando ela entra no mercado de trabalho.

O mesmo Censo do IBGE 2010 identifica que as mulheres ocupadas no mercado de trabalho gastam 3 horas e 30 minutos por dia em trabalhos domésticos, enquanto os homens gastam 1 hora e 20 minutos por dia.

Estes trabalhos domésticos (cuidar dos filhos, lavar e passar roupa, fazer comida, limpar a casa), realizados pela mulher trabalhadora, desobriga o governo e os patrões de ter que pagar creche, restaurante, lavanderia comunitária, etc.

Se o governo e o patrão tivesse que pagar estas horas de trabalho doméstico à mulher (pagando o salário médio pago ao homem – R\$ 1.167,00) teria que repassar, todo mês para as mulheres R\$ 508,00 reais. Num ano este valor saltaria para R\$ 6.098,00 reais, que corresponde ao pagamento da prestação de uma casa própria. Como no ano de 2010 tínhamos 579 mil mulheres ocupadas no RN, este dinheiro economizado pelos governos e empresários alcança a soma de R\$ 353 milhões de reais por ano.

Por isso, levantamos como uma das principais bandeiras o pagamento de salário igual entre homens e mulheres e a construção de creches para todas as crianças entre 0 e 3 anos.

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, o fim do genocídio da juventude negra e a criminalização da homofobia.

Também levantaremos bem alto a bandeira do fim do machismo e da superexploração das mulheres, negros e homossexuais, pelo fim das opressões.

A população negra é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. São os que recebem os menores salários e a violência da Polícia Militar nas periferias. Herança do período da escravidão que não foi superado e, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, vivemos numa sociedade racista. O PSTU entende que a luta contra o racismo é uma luta de raça e classe. O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades estaduais e serviços públicos.

Políticas especiais de combate ao machismo e defesa dos direitos das mulheres

O machismo e a violência contra a mulher continuam crescendo, apesar da Lei Maria da Penha. É preciso que o Estado tenha políticas especiais que enfrentem esse problema e impeçam que as mulheres continuem subjugadas. Defendemos a construção creches 100% gratuitas e com tempo integral para os filhos das mulheres trabalhadoras. Defendemos ainda a criação de uma Secretaria Estadual dos direitos das mulheres com investimentos necessários para desenvolver essas políticas e, em articulação com a política de Segurança Pública e Assistência Social, criar as condições para defender as mulheres que são cotidianamente violentadas, em situação de prostituição, etc.

Enfrentar a homofobia e a violência contra os LGBT's

É inaceitável o preconceito, a discriminação e a violência contra os gays, lésbicas, travestis, transexuais, etc. Ninguém tem o direito de ser inferiorizado pela sua orientação sexual. Defendemos a realização de amplas campanhas de conscientização nas escolas, repartições e empresas estatais, além de propaganda oficial que ajude a constranger as práticas discriminatórias.

Quebrar a máquina governamental corrupta, uma nova forma de governar apoiada nos Conselhos Populares

Os governos nas diversas esferas, o congresso nacional, o senado, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores são um antro de corruptos. Lula certa vez disse que o Congresso Nacional tinha 300 picaretas. Estava certo. O problema é que depois que chegou em Brasília se adaptou ao esquema do mensalão.

Essa “democracia representativa” está podre, carcomida por dentro, destruída pela corrupção que as grandes empresas realizam com os políticos profissionais.

Essa democracia é falsa e só favorece aos ricos. Ela dá igualdade para todos apenas no papel. Na vida real, os ricos têm tudo e os pobres, muito pouco.

Esse foi o recado dado pelas ruas em 2013, com manifestações de milhões de brasileiros. A classe dominante já se refez do susto e voltou a mesma roubalheira geral. Até que exploda novamente....

Para nós, do PSTU, a política não pode ser um meio de enriquecimento pessoal. A política deve ser uma doação que o cidadão realiza com a sociedade e não um trampolim para se tornar milionário.

A primeira medida que vamos propor no governo é garantir que os altos cargos do Governo Estadual, começando pela Governadora, ganhem o salário médio de um operário especializado ou o salário que ganhava no seu trabalho cotidiano.

A segunda medida que vamos propor é a proibição de doações eleitorais por parte de empresas a candidatos nas eleições. O financiamento das campanhas eleitorais deve ser exclusivamente público.

A terceira medida que vamos propor é que os mandatos políticos e parlamentares devem ser revogáveis a qualquer momento, caso mintam para a população e não cumpram suas promessas de campanha, devem sair antes das eleições, a partir de uma decisão da população.

Vamos defender a prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores! Quem corromper e for corrompido terá confiscados seus bens e será preso.

Defendemos o fim do Senado! Por uma Câmara Única, que unifique o Senado e a Câmara dos Deputados.

Defendemos a fundação de Conselhos Populares como governo direto da população trabalhadora, eleitos na proporção de 1 delegado para cada 1000 habitantes da região, associação cultural, esportiva, sindical, estudantil ou de bairro. A eleição dos delegados será realizada de forma direta, em assembleias do setor. A eleição será anual, podendo se reeleger apenas uma vez, para garantir a rotatividade no poder. O mandato será revogável a qualquer momento, caso o delegado não respeite as decisões da sua base.

O PSTU chegando ao executivo estadual vai implantar esta nova forma de governar e se subordinará as suas decisões soberanas. Toda a distribuição do orçamento estadual será decidida soberanamente nestes Conselhos Populares.

Utilizaremos também, os plebiscitos, consultando toda a população, permanentemente, sobre as questões mais importantes do Estado.

Essas propostas de governo deverão ser financiadas pelas seguintes fontes. Com o orçamento anual do Estado, composto majoritariamente pela Receita Corrente Líquida. Pela cobrança incessante dos sete bilhões de reais da dívida ativa do Estado. Pela suspensão do pagamento da dívida pública com a União, que compromete 14% da Receita Corrente Líquida. Com o não pagamento de mais de 140 milhões de reais anuais aos proprietários da Arena das Dunas.

Por fim, acreditamos que este programa que oferecemos à consideração da população do Estado do RN só se concretizará na luta mais impiedosa contra os ricos e os grandes empresários. Apenas a mobilização revolucionária do povo potiguar pode garantir sua vontade soberana.

O PSTU está se preparando seriamente para dirigir os trabalhadores na luta para governar o Rio Grande do Norte e o Brasil, sem patrões nem generais, para derrubar o sistema capitalista no nosso país e derrotar o sistema imperialista internacional, construindo uma sociedade socialista, onde não prospere a exploração do homem pelo homem e a destruição da natureza ao serviço do lucro privado.